

José Rogério de Melo Bulcão de Castro — Delegação Aduaneira da Horta

Telmo Eduardo Fonseca Rodrigues — Posto Aduaneiro de Velas de São Jorge

Odete Maria de Melo Bairos — Alfândega de Ponta Delgada (Sede)

Maria Manuela Avelar Soares Santos — Alfândega de Ponta Delgada (Sede)

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

3 de Dezembro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 29484/2007

Pelo despacho, de 21/11/2007, do Senhor Director-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo:

Manuel Malheiro Reymão, reverificador assessor principal — renovada, por um período de três anos, a comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão de Regimes Aduaneiros da Direcção de Serviços de Regulação Aduaneira.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

29 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 29485/2007

Pelo despacho, de 21/11/2007, do Senhor Director-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo:

Paulo Nuno Monteiro Couto, reverificador — renovada, por um período de três anos, a comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão da Receita e dos Procedimentos Contabilísticos da Direcção de Serviços da Receita Nacional e dos Recursos Próprios Comunitários.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

29 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 29486/2007

Pelo despacho, de 30/11/2007, do Subdirector-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Licenciado João Martins, emitido no uso dos poderes que lhe foram delegados:

Maria da Conceição Oliveira Santos Victor, técnico-adjunto especialista, da carreira de analista aduaneiro auxiliar de laboratório — precedendo concurso interno de acesso, promovida com efeitos a partir de 01/12/2007, à categoria de técnico-adjunto especialista de 1.ª classe da mesma carreira. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

30 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Rectificação n.º 2155/2007

Por ter saído com inexactidão o Despacho (extracto) n.º 26 971/2007 publicado no *Diário da República*, n.º 228, 2.ª série, de 27/11/2007, à p. 34 230, relativo à nomeação de 8 verificadores auxiliares aduaneiros de 2.ª classe da carreira de verificador auxiliar aduaneiro, rectifica-se que onde se lê “Maria Isabel Messias Calvino Martins” deve ler-se “Marta Isabel Messias Calvino Martins”.

30 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Rectificação n.º 2156/2007

Por ter saído com inexactidão o Despacho (extracto) n.º 26 972/2007 publicado no *Diário da República*, n.º 228, 2.ª série, de 27/11/2007, à p. 34 231, relativo à nomeação de 171 secretário aduaneiros principais da carreira de secretário aduaneiro, rectifica-se que onde se lê “Maria de Lourdes Peralta Fachada Oliveira” deve ler-se “Maria de Lurdes Peralta Fachada Oliveira”.

30 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral do Tesouro

Despacho (extracto) n.º 29487/2007

No âmbito da implementação da orgânica da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças é nomeada, em regime de substituição, por vacatura

do lugar, no cargo de Directora de Serviços de Participações do Estado, em virtude de possuir o perfil adequado à prossecução dos objectivos do serviço, sendo dotada de competência técnica e aptidão para o exercício do respectivo cargo, a licenciada Maria Fernanda Joanaz Silva Martins, nos termos do disposto no artigo 27.º, da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

20 de Novembro de 2007. — O Director-Geral do Tesouro e Finanças, *Carlos Durães da Conceição*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Despacho n.º 29488/2007

Considerando que com a publicação do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, foi aprovada a nova Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), no âmbito do processo da reorganização estrutural da Administração Pública;

Considerando que na sequência da referida reestruturação, a Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional deu lugar ao Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P. (IFDR, I.P.), criado pelo Decreto-Lei n.º 137/2007, de 27 de Abril;

Considerando a necessidade de proceder à nomeação do fiscal único que integra a orgânica do IFDR, I.P., nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 137/2007, de 27 de Abril;

Assim, nos termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril:

1 É nomeado o fiscal único do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P., Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. José Vieira dos Reis.

2 É atribuída ao fiscal único, a remuneração anual no valor de € 7 000 (sete mil euros), acrescida de IVA à taxa legal em vigor, a qual será paga em 12 mensalidades.

3 O presente despacho de nomeação produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007.

1 de Outubro de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho n.º 29489/2007

Por Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 17 de Janeiro de 2007, da 2.ª Secção, proferido no processo n.º 993/06, transitada em julgado no dia 19 de Fevereiro de 2007, foi reconhecido ao ex-Administrador-Delegado do Instituto para a Construção Rodoviária e ex-vogal do Conselho de Administração, Artur Pato Mendes de Magalhães, o direito a uma remuneração adicional, relativa ao exercício de funções em regime de acumulação, durante o período de 28 de Março de 2001 e 7 de Novembro de 2002, nos termos do n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2001, de 15 de Março, publicada no D. R. n.º 73, IIª Série, de 27 de Março.

Assim, em cumprimento do citado Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 17 de Janeiro de 2007 da 2.ª Secção, proferido no processo n.º 993/06, determina-se a atribuição ao ex-Administrador-Delegado do Instituto para a Construção Rodoviária e ex-vogal do Conselho de Administração, Artur Pato Mendes de Magalhães, da remuneração adicional prevista no citado n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2001, de 15 de Março, que se fixa em 30% do valor padrão a que alude o n.º 17 da citada Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/89, relativa ao exercício das funções por este exercidas em regime de acumulação, durante o período de 28 de Março de 2001 e 7 de Novembro de 2002.

6 de Novembro de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.